



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação N° 36/2023

Processo Número: 2159/2023 | Data do Protocolo: 15/02/2023 13:32:50

Autoria: Carlos Giannazi

Co-autoria:

Ementa: Requer ao Sr. Secretário da Educação informação sobre as Associações de Pais e Mestres - APM.



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 360030003400340030003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP - Brasil.





REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requeiro que se officie ao Secretário de Estado da Educação, a fim de que preste as informações a seguir, sobre a Associação de Pais e Mestres (APM) das escolas estaduais:

- 1- Qual a relação de escolas da rede estadual em que as APMs estão impedidas de funcionar e de receber verbas a que a comunidade tem direito legal?
- 2- Qual o motivo destes impedimentos?
- 3- Quais medidas estão sendo tomadas efetivamente pela Secretaria de Educação para que as APMs voltem à legalidade e ao pleno funcionamento?
- 4- Qual a proposta desta administração para resolver de imediato esta condição, causada na maioria das vezes pela omissão e falta de apoio da própria administração, para que todas as escolas possam receber o que é de direito da sua comunidade?

JUSTIFICATIVA

Ao longo dos anos, deste os governos militares, os movimentos de participação política dos pais no interior da escola vêm sendo limitado e impedido, com meras participações limitadas ao aspecto financeiro, através das atuações das APMs, mantidas com contribuições da comunidade escolar.

Apenas há pouco tempo a escola conquistou um pouco de autonomia política, através dos Conselhos de Escola, mas que não absorveu a função econômica da APM, que continuou a lidar com verbas da comunidade ou recebidas do governo.

Muitas lutas e projetos de parlamentares progressistas fizeram com que as APMs viessem recebendo verbas direto em suas contas, sejam vindas do MEC ou de FDE, com recatada autonomia de uso.

No entanto, muitas escolas encontram-se no limbo, sem condição de receber estas verbas que, insistimos, são de direito da comunidade, mas que por questões burocráticas, erros, falta de orientações e raras vezes de má-fé de seus gestores, não chegam ao destino que deveria.

Com isso, sobram prejuízos aos alunos e à comunidade usuária, sob os olhos plácidos, de paisagem e insensíveis dos dirigentes central e regionais da pasta da educação.





Eis as razões deste questionamento.

Carlos Giannazi



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 340038003900360031003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
- ICP - Brasil.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 340038003900360031003A005000

Assinado eletronicamente por **Carlos Giannazi** em 15/02/2023 11:24

Checksum: **D104C56BE8EC2853431CC99571DA566D4C0B2C51A412B26984C65E546E6BE268**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 340038003900360031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

